

Ética ambiental e irreversibilidade¹

Prof. Dr. Luiz Paulo Rouanet

PUC-Campinas/Universidade São Marcos

“Nossa sociedade global, em processo de tornar-se interdependente, com suas notáveis possibilidades de criar laços entre pessoas no planeta inteiro, nos fornece as bases materiais para uma nova ética” (P. Singer).

“Se o mundo não se empenhar numa luta de conservação, será um mundo em que eu não quero viver. Temos de direcionar todas as mentalidades para o aspecto ambiental.” (John Terborgh, biólogo americano).

Resumo: O mundo está chegando a um ponto de não-retorno em relação ao aquecimento global. Isto tem como efeito mudanças também irreversíveis no clima, vegetação, fauna e povoamento humano. Dados recentes mostram que nem mesmo a adesão ao Protocolo de Kyoto é suficiente para deter esse processo. Diante dessa iminente catástrofe ambiental, o que é possível fazer para reduzir ou minimizar seus efeitos? Constata-se que o ativismo ambiental chegou a um impasse, não sendo mais capaz de mobilizar ou conscientizar as pessoas para o risco do consumo desenfreado de matérias-primas, da emissão de poluentes e outros comportamentos de risco para o meio-ambiente. Será preciso, então, radicalizar o movimento? Discutirei, neste texto, as possibilidades e limites desse novo ativismo ambiental.

Sempre defendi que, quando se fala de ética, não devemos falar de éticas específicas, como ética empresarial, ética médica, ética jurídica, ética jornalística e assim por diante. Trata-se da mesma ética aplicada a diferentes setores. Não é diferente no caso presente, a não ser que a ética ambiental não deve nos conduzir a manter a mesma postura, mas sim modificar efetivamente nosso comportamento, diante da presença da questão que ela suscita. Ela exige uma urgência que não pode esperar pelo “esclarecimento progressivo da humanidade”, como queria Kant. Trata-se de décadas, nem mesmo séculos, que temos diante de nós antes que as modificações ambientais anunciadas se apresentem, sendo que

¹ Texto apresentado no IV Colóquio Internacional Principia, no encontro do GT-Ética ocorrido no mesmo colóquio. Agradeço aos organizadores, e à FAPESP, a oportunidade de apresentar e discutir estas idéias. Agradeço também ao professor João Luís Pegoraro (Universidade São Marcos) pela leitura que fez do mesmo antes da apresentação, bem como a seus comentários.

algumas delas já estão se apresentando, como a alteração da rota, frequência e intensidade de ciclones, furacões e outros fenômenos meteorológicos.

Sei que esse discurso pode soar como catastrofista, ou apocalíptico, e como tal não se encaixa no contexto de um encontro acadêmico de Filosofia, mas quero aqui discutir com vocês algumas questões que estão relacionadas a nosso comportamento enquanto espécie e enquanto indivíduos e, portanto, merecem ser debatidas em um grupo de ética. Vou tentar me ater ao discurso acadêmico, mas, seguindo nisso a tradição analítica, procurarei discutir questões, e não autores, e por isso citarei pouco.

Há cerca de uma década ou mais, ouvi uma conferência, pronunciada, creio, em um encontro da SBPC, pelo filósofo Carlos Estevão, da UNB. Na ocasião, discutia a questão do confronto nuclear e da escalada armamentista. Deve ter sido, portanto, antes da dissolução da URSS, no auge da corrida armamentista, talvez ainda durante o governo de Ronald Reagan nos EUA. Estevão partiu da ética kantiana para apontar que estávamos, o mundo, diante de duas alternativas: fazer algo para deter a escala armamentista ou não fazer. Algo como a escolha entre querer viver e morrer. Dizia que a ética kantiana não nos obriga a escolher a ação moral, apenas indica qual ação, em determinado contexto, é ou não coerente com nossas escolhas fundamentais. Se decidimos agir em contradição com essas escolhas, quase certamente não se trata de uma ação moral, mas nada nos obriga, a não ser nós mesmos, a agir de outra forma, vale dizer, moralmente. Gostaria de retomar, aqui, essa argumentação, orientando-a para a questão do meio-ambiente.

I

A relação entre o homem e a natureza passou por várias fases no decorrer da história, e dependendo também do lugar e das culturas. A relação do mundo Ocidental com a natureza, especialmente, não tem sido das mais brilhantes, especialmente com o advento da era moderna. Ela iniciou com uma submissão crédula, mediada por teogonias e mitologias, na Antigüidade arcaica; depois, houve um período de racionalização, no período clássico (séculos V e IV a. C.). Creio que foi nesse momento que se iniciou o divórcio entre o homem e a natureza, no Ocidente, divórcio que se iniciou de comum acordo, por assim dizer, e evoluiu para um divórcio litigioso com todas as suas implicações na época moderna e contemporânea.

O divórcio ocorreu, possivelmente, na época de Sócrates, precisamente com Sócrates e Platão. Deu-se na passagem da física para a filosofia, descrita por Platão no *Fédon*, na célebre passagem em que se refere a seu percurso, indo da primeira navegação para a segunda navegação (96a – 102a), ou seja, da primeira navegação, feita à base de velas e vento, equivalentes aos anos em que Sócrates, ou Platão, dedicou aos estudos da natureza, com base sobretudo em Anaxágoras, à segunda navegação, mais difícil, feita a remo, que é o exame das idéias e dos princípios de todas as coisas.

A “primeira navegação”, feita com velas ao vento, corresponderia à que é levada a cabo segundo os naturalistas e o seu método. A “segunda navegação”, feita com remos e sendo muito mais cansativa e exigente, *corresponde ao novo tipo de método*, que leva à esfera do supra-sensível. As velas ao vento dos físicos eram os *sentidos* e as *sensações*, os remos da “segunda navegação” são os *raciocínios* e os *postulados*: justamente sobre eles se funda o novo método.²

Parece-me que o que se deve enfatizar, nessa passagem, é a mudança do *método*, e não do objeto! Muitas vezes tem-se lido, pelo contrário, como o abandono da investigação das coisas da natureza. Essa interpretação é igualmente plausível e não pretendo, nem possuo os elementos para tal, decidir a questão, mas posso escolher uma interpretação, que é: Sócrates/Platão muda apenas o método, pelo menos no início, embora suas reflexões cada vez mais se dirijam para o homem e tudo o que o cerca. É o que caracteriza a passagem do pensamento pré-socrático, sobretudo dos primeiros físicos, ao pensamento socrático-platônico, para o qual o homem ocupa o centro das investigações. Deve-se dizer que essa mudança, desta vez de objeto sim, iniciou-se com os sofistas, notadamente com Protágoras, que fez do “homem medida de todas as coisas”.

Voltando a Platão, e à tese de que a passagem da primeira navegação para a segunda navegação foi primariamente uma mudança de método, podemos encontrar apoio para tal afirmação, por exemplo, no seguinte trecho, quando, depois de expor as investigações infrutíferas sobre a natureza que havia efetuado em sua juventude, Sócrates diz:

– Então – prosseguiu Sócrates – minha esperança de chegar a conhecer os seres começava a esvair-se. Pareceu que devia acautelar-me, a fim de não vir a ter a mesma sorte daqueles que observam e estudam um eclipse do sol. Algumas pessoas que assim fazem estragam os olhos por não

² Reale, Giovane. **Para uma nova interpretação de Platão**. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1997, p. 108; grifos do autor.

tomarem a precaução de observar a imagem do sol refletida na água ou em matéria semelhante. Lembrei-me disso e receei que minha alma viesse a ficar completamente cega se eu continuasse a olhar com os olhos para os objetos e tentasse compreendê-los através de cada um de meus sentidos. Refleti que devia buscar refúgio nas idéias e procurar nelas a verdade das coisas. *É possível, todavia, que esta comparação não seja totalmente exata, pois nem eu mesmo aceito sem reservas que a observação ideal dos objetos – que é uma observação por imagens – seja melhor do que aquela que deriva de uma experiência dos fenômenos.*³

Trata-se, então, de uma mudança de perspectiva, e de método, mas de modo algum, pelo menos no primeiro momento, de uma investigação sobre um *objeto* diferente. Como explicara Sócrates anteriormente, no mesmo diálogo, buscava as explicações no lugar errado, ou com os meios errados. É somente recuando o olhar, *refletindo*, que se pode almejar a entender aquilo que se observa. Foi o mesmo caminho empreendido depois, na história da filosofia, por Descartes e Kant, para citar apenas dois dos mais importantes. Destaco, porém, o trecho final: *“É possível, todavia, que esta comparação não seja totalmente exata, pois nem eu mesmo aceito sem reservas que a observação ideal dos objetos – que é uma observação por imagens – seja melhor do que aquela que deriva de uma experiência dos fenômenos.”*. O conhecimento não se resume ao mundo das idéias, é preciso a “experiência dos fenômenos”. “Observação ideal”, aqui, não é a observação que se tem por modelo, apenas aquela que se faz tendo em vista as idéias.

Trata-se, por conseguinte, de uma *questão de método*. Como Descartes, mais tarde, que, por uma questão de método, considerará como falso tudo aquilo que for apenas duvidoso, assim Platão, percebendo a inocuidade da observação direta da natureza, sem o recurso do espírito, resigna-se ao que pode perceber mediante a inteligência, ao que participa da idéia, como diz na continuação do trecho acima citado:

Assim, depois de haver tomado como base, em cada caso, a idéia, que é, a meu juízo, a mais sólida, *tudo aquilo que lhe seja consoante eu o considero como verdadeiro, quer se trate de uma causa ou de outra qualquer coisa, e aquilo que não lhe é consoante, eu o rejeito como erro.*⁴

³ Platão. **Fédon**. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 112, 99e – 100a. Grifos meus (L.P.R.).

⁴ Platão, **Fédon**, 100a.

Essa renúncia, porém, repito, não se deve a uma rejeição absoluta daquilo que se pode observar mediante a experiência, mas à limitação que provém de tal abordagem, face aos nossos limitados recursos. “E acabei por me convencer de que em face dessas pesquisas eu era duma inaptidão notável!” (Fédon, 96b). Em que pese a ironia dessa afirmação, não se pode descartar uma incapacidade de fato para esse gênero de estudos, pelo menos do modo como era feito na época e por seus antecessores, e com os limitados recursos instrumentais e metodológicos para levar a cabo esse gênero de investigação, sobre a origem dos seres vivos e a natureza do universo. Não que essa investigação não seja digna de interesse!

A partir daí, porém, e cada vez mais, a filosofia foi se apartando do estudo da natureza, e em determinado momento, na era moderna, entrou em franca competição com ela, lutando para dominá-la e pô-la a seu serviço, estabelecendo com ela uma relação de ação estratégica, ou instrumental, para empregar o vocabulário da Escola de Frankfurt. Não se colocava, até meados do século XIX, com poucas exceções, a questão da limitação desses recursos naturais, a possibilidade de seu esgotamento, e com ele, a extinção das espécies vivas sobre a Terra, incluindo a do homem!

É claro, na era romântica, houve quem, como Rousseau, fizesse o elogio da natureza e a crítica da civilização. Mas Rousseau, como disse José Guilherme Merquior, era um “anarcaísta”, e suas idéias foram, primeiramente ridicularizadas por Voltaire, para quem, “ao ouvirmos Rousseau e seu elogio do bom selvagem somos tentados a voltar a andar de quatro”, e depois simplesmente postas de lado, com o positivismo e o industrialismo desenfreado do século XIX. No final do século, somente um Nemo ensandecido, na pena de Júlio Verne, ousava afrontar o paradigma da civilização industrial, denunciando o homem qual bactéria destruidora de toda a vida no planeta.

No século XX, o homem não teve tempo de dedicar-se a salvar a natureza, pois estava muito ocupado destruindo a si mesmo. Foi só no final desse século, a partir dos anos 80, que a consciência ecológica ganhou densidade, e hoje apenas atinge a filosofia, criando o campo da bioética. Será, porém, que o fez a tempo?

II

É paradoxal que, hoje, se fale tanto em volta à natureza, se organize expedições, se escale montanhas, e que a fabricação e compra de utilitários ou semi-utilitários esportivos

amente tanto, muitas vezes levando a uma deterioração do meio-ambiente em proporção inversa à do interesse que desperta. Os utilitários esportivos, em geral, consomem mais combustível e poluem mais o ar do que outros modelos.⁵ Qual a saída? Deixar de dirigir, ficar em casa assistindo TV, ou lendo? Ou lutar para que as empresas desenvolvam tecnologia menos poluidora, com combustíveis alternativos? Pessoalmente, talvez me inclinasse pela segunda alternativa. Marcuse disse que o paradoxo do capitalismo é que os bens de consumo que ele oferece são realmente atrativos; o problema é que nem todos têm acesso a eles.

Essas observações apontam para a necessidade de uma nova ética, em que interesses e comportamentos privados e públicos estão inter-relacionados. Não é possível mais defender uma separação absoluta entre ética privada e ética política, embora tampouco se possa apagar a diferença entre ambas. Ambas existem, mas dependem uma da outra. Como diz Singer, “Nossa sociedade global, em processo de tornar-se interdependente, com suas notáveis possibilidades de criar laços entre pessoas no planeta inteiro, nos fornece as bases materiais para uma nova ética”.⁶

Conseqüentemente com isso, as pessoas, privadamente, ou mediante organizações da sociedade civil, por meio da opinião pública, pela Internet, enquanto eleitores, devem pressionar os governantes para que atendam a seus interesses mais globais, que são os interesses de outras gerações. Em outras palavras, devem pressionar para que seus governantes ajam como estadistas, e não como meros políticos.⁷ Também é pertinente utilizar, nesse contexto, a noção de “razão pública”, só que não na acepção de Rawls, mais

⁵ O argumento é de Peter Singer, em **Um só mundo: a ética da globalização**. Trad. Adail U. Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Assim começa Singer o primeiro capítulo de seu livro: “Consideremos dois aspectos da globalização: em primeiro lugar, aviões explodindo ao entrar no World Trade Center e, em segundo, a emissão de dióxido de carbono dos escapamentos dos utilitários esportivos ‘bebedores’ de gasolina.” (p. 01).

⁶ Idem, op. cit., p. 15.

⁷ Como disse John Rawls: “O ideal do estadista é sugerido pelo dito: o político visa à próxima eleição, o estadista à próxima geração” (**Collected papers**. Org. Samuel Freeman. New York/London; Harvard U. Press, 1999, p. 567).

restrita, e sim na acepção mais ampla de Habermas,⁸ que inclui a opinião pública em geral e para quem é público tudo que não é estritamente privado. Mesmo essa distinção perde um pouco de sua nitidez com o avanço dos meios de comunicação à distância, a possibilidade de contato quase instantâneo com pessoas ao redor de todo o mundo, a distância efetiva entre cidadãos comuns e governantes se tornando cada vez menor, e os meios de pressão, aparentemente, cada vez mais eficazes.

Quais seriam, em geral, os princípios dessa “nova” ética, a que denominamos ética ambiental? Em primeiro lugar, a consciência de que nossas ações afetam não só a nossos familiares, nossos vizinhos, mas todo o mundo. Segundo a teoria do caos, nossas ações podem ter efeitos imprevisíveis sobre os lugares mais remotos do mundo; assim, nosso uso irresponsável de utilitários “beberões” pode causar inundações em Bangladesh, como bem mostra Peter Singer:

Nosso sistema de valores desenvolveu-se nua época em que a atmosfera e os oceanos pareciam recursos ilimitados, e as responsabilidades e os danos eram de modo geral claros e definidos. Se alguém batesse em alguém, estava claro quem tinha feito o quê. Em nossos dias, os problemas do buraco na camada de ozônio e das mudanças climáticas trouxeram à tona uma nova e estranha espécie de assassinato. O nova-iorquino que põe desodorante nas axilas usando um aerossol que contém CFCs ajuda a matar por câncer de pele, muitos anos mais tarde, pessoas que vivem em Punta Arenas, no Chile. Quando dirige o seu carro, você pode estar liberando o dióxido de carbono que faz parte de uma fatídica cadeia causal que leva às inundações em Bangladesh. Como podemos mudar nossa ética para levar em conta essa nova situação?⁹

Essa ética, então, é muito mais global e menos local; pode-se chamá-la, também, de *ética planetária*. Pode-se dizer que Kant formulou os princípios de uma ética individual. Habermas ampliou essa ética para um contexto da ação comunicativa, com base na intersubjetividade. Agora, poderíamos falar de uma ética propriamente global, e não só intersubjetiva, não limitada a um ambiente específico de comunicação, seja em condições ideais, seja em condições reais (ética discursiva A e B, respectivamente, na terminologia de Karl-Otto Appel). Pressupõe as duas outras, e as contém, ampliando seu campo de

⁸ Ver a respeito meu texto “A idéia de razão pública em Rawls”, apresentado neste mesmo local, em 2001, e publicado por Alberto O. Cupani; César A. Mortari (orgs.). **Linguagem e filosofia**. Anais do II Simpósio Internacional Principia. Florianópolis: UFSC-NEL, 2002, p. 283-96.

⁹ Peter Singer. Op. cit., p. 26.

aplicação, superando e conservando (*Aufhebung*) a distinção entre público e privado, entre ética privada e ética política.

III

O problema em relação à ética ambiental, ou planetária, é que ela vem, talvez, tarde demais. Nesta última parte, gostaria de discutir a questão da *irreversibilidade*, ou seja, o ponto de não retorno em relação à degradação ambiental planetária. Segundo alguns cientistas, estaríamos prestes a atingir esse ponto, o que significa que as ações doravante empreendidas correm o risco de não permitir mais impedir o derretimento da calota polar, das cumeeiras dos picos mais altos (no Monte Fuji e no Himalaia isso já está ocorrendo), do aquecimento global, do aumento do nível dos oceanos, com suas inúmeras conseqüências, entre as quais podemos arrolar o surgimento de novas, ou antigas, doenças (o derretimento das calotas polares pode libertar bactérias congeladas), desequilíbrios climatológicos (ciclones, tufões inesperados com violência cada vez maior, tempestades elétricas, inundações, secas etc.).

Diante desses fatores, uma ética ambiental responsável, daqui por diante, deve desenvolver em paralelo duas estratégias: (1) intensificar as campanhas para desenvolver a consciência ambiental junto à sociedade civil, com pressão especial sobre os tomadores de decisão; (2) preparar as novas gerações para conviver com a nova realidade ambiental, na qual enchentes e secas, inundações de cidades costeiras, temperaturas mais elevadas, escassez de água etc serão fenômenos cada vez mais frequentes.

Neste ponto, vale a pena citar, em apoio, a visão de Darley Dall’Agnol, em seu livro **Bioética**. Ao discutir a questão da qualidade de vida, aborda a relação entre os seres humanos com o meio ambiente e com os outros animais, e afirma:

A visão tradicional, que instrumentalizava a natureza, precisa ser superada. Essa concepção está eliminando muitas formas de vida, ameaçando outras e colocando nossa própria sobrevivência em jogo. (...) essa foi a preocupação inicial da bioética. Segundo alguns principialistas, a biodiversidade pode possuir valor intrínseco, e a natureza não pode ser vista simplesmente como mero recurso para o ser humano. Nesse sentido, as pesquisas biotecnológicas envolvendo outros animais precisam ser conduzidas dentro de padrões éticos rigorosamente justificados. *Talvez um dos tópicos mais importantes deste início de século esteja exatamente relacionado com esse tipo de pesquisa e suas implicações para a biossegurança. É preciso garantir não apenas a qualidade de vida para*

*esta geração, mas também um mundo habitável para todos os seres vivos, agora e no futuro.*¹⁰

Curiosamente, no momento mesmo em que escrevo, acaba de ser divulgado um manifesto, em Bogotá, pedindo uma “nova racionalidade ambiental”. Eis trecho da notícia, abaixo:

BOGOTÁ.- Indivíduos, sociedades, empresas e governos devem impregnar-se de uma nova racionalidade ambiental sobre a qual conceber o desenvolvimento econômico e social, afirma um manifesto apresentado por 35 representantes da América Latina e do Caribe. O documento foi assinado no contexto da Sétima Reunião do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, realizado entre 15 e 17 de maio em São Paulo, após um encontro prévio em Bogotá, Colômbia, do qual participaram políticos, empresários, jovens, acadêmicos, indígenas e afro-americanos.¹¹

Assim, trata-se de uma idéia que está “no ar”, faz parte do “espírito de época”. Como debate científico, porém, a questão da irreversibilidade é controversa, e enquanto houver a mínima margem de dúvida, os governantes, como George W. Bush, continuarão se apegando a dados contrários. Nesse sentido, é interessante a técnica proposta por Steven W. Popper, Robert J. Lempert e Steven C. Bankes, sobre a maneira como lidar com *incertezas*.¹² Segundo os autores, em vez de centrar-se apenas sobre um único resultado mais provável de uma determinada previsão científica, são apresentados diversos cenários, e os governantes devem escolher entre eles. Os cenários com conseqüências mais catastróficas devem ser preferidos, pois a omissão em relação a eles apresenta conseqüências piores, mais danosas ao meio ambiente e/ou mais desvantajosas do ponto de vista econômico. A vantagem dessa técnica é que permite elaborar estratégias alternativas para os diversos cenários, modificando as ações à medida em que um ou outro cenário for se confirmando ou sendo rejeitado. Ao mesmo tempo, acaba com a desculpa de que não se pode fazer nada porque as análises científicas não são conclusivas. Faz parte do planejamento de qualquer pessoa responsável prever cenários em que a situação econômica,

¹⁰ Dall’Agnol, Darley. **Bioética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 34-5 (grifos meus).

¹¹ Garcia, Maria I.; Ferrer, Yadira. “Apresentado manifesto de ética ambiental”. 31/07/2005. Disponível em <http://www.tierramerica.net/2002/0526/pacentos.shtml> .

¹² Popper, Steven W.; Lempert, Robert J; Bankes, Steven C. “Como moldar o futuro”. **Scientific American Brasil**. Ano 4, no. 38, Julho 2005, p. 86-91.

social ou política podem se alterar, adotando-se medidas que visem a minimizar os potenciais efeitos nocivos dessas mudanças. O mesmo fazem os governos responsáveis, e essa técnica fornece elementos para essa tomada de decisões. Não posso aqui reproduzir toda a argumentação dos autores do artigo, mas uma visão geral dos benefícios dessa abordagem está contida no seguinte parágrafo:

Essas estratégias podem fornecer planos de ação com os quais todos concordem, independentemente de que visão de futuro se mostre correta no final. Nossa estratégia é semelhante às de “válvula de segurança” que alguns economistas propuseram como alternativas às metas imutáveis de redução de emissões do Protocolo de Kyoto. Nosso novo maquinário analítico permite a tomadores de decisão projetar estratégias semelhantes e demonstrar sua eficácia a vários dos grupos de interesse envolvidos.¹³

Assim, o que não dá pra aceitar é a passividade, seja das pessoas individualmente, seja nas organizações da sociedade civil (aí incluídas as ONGs), seja, por fim, mas não menos importante, nos Estados nacionais e organizações mundiais. Porém, isso não significa que não se esteja fazendo nada. Os estudos no campo de ética ambiental, apesar de recentes, já apresentam um volume considerável. É hora de unir esforços!

Pós-escrito:

No dia 09 de agosto de 2005, dia em que apresentei esta comunicação em Florianópolis, desencadeou-se na cidade, e na região, um vendaval, que depois se revelou ser um ciclone, com ventos de cerca de 130 Km por hora, destelhando casas, derrubando um prédio, provocando ondas de 7 metros (SIC) e arrastando um avião na pista. O aeroporto permaneceu fechado por mais de 24 horas, e alguns municípios ainda estavam em estado de calamidade dois dias depois.

Bibliografia

DALL'AGNOL, Darley. **Bioética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GARCIA, Maria I.; FERRER, Yadira. “Apresentado manifesto de ética ambiental”. 31/07/2005. Disponível em <http://www.tierramerica.net/2002/0526/pacentos.shtml> .

¹³ Idem, art. cit., p. 91.

PLATÃO. **Fédon**. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

POPPER, Steven W.; LEMPERT, Robert J; BANKES, Steven C. “Como moldar o futuro”. **Scientific American Brasil**. Ano 4, no. 38, Julho 2005, p. 86-91.

RAWLS, John. **Collected papers**. Org. Samuel Freeman. New York/London; Harvard U. Press, 1999.

REALE, Giovane. **Para uma nova interpretação de Platão**. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1997.

ROUANET, Luiz P. A idéia de razão pública em Rawls. Alberto O. Cupani; César A. Mortari (orgs.). **Linguagem e filosofia**. Anais do II Simpósio Internacional Principia. Florianópolis: UFSC-NEL, 2002.

SINGER, Peter. **Um só mundo: a ética da globalização**. Trad. Adail U. Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Campinas, agosto de 2005.

Luiz Paulo Rouanet